



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A INCLUSÃO EM UPANEMA/RN

Raimunda Edimi de Medeiros¹
Mateus Klisman Castro e Silva²
Maria Marilene da Cruz Silva Xavier³
Jakson Diego dos Santos Bezerra⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo abordar a temática da inclusão de crianças e adolescentes no processo de ensino-aprendizagem escolar, bem como a formação de professores frente ao trabalho docente com alunos da Educação Especial, no ensino educacional da rede municipal de Upanema/RN. Para engrandecer essa pesquisa, que se apresenta de cunho qualitativa, fizemos uso do conhecimento sobre o processo de inclusão de Pessoa com Deficiência (PcD) na escola e as ações municipais, no âmbito do poder público, que são realizadas e planejadas para a execução das atividades pedagógicas. É importante destacar as dificuldades que se encontram quando o assunto é a inclusão e, para nos ajudar a compreender esse processo, faremos jus a relevantes autores, como: Queiroz, Souza e Costa (2021), Sanches (2005), Maia, Santos e Martins (2015) e tantos outros que engrandecem a pesquisa; as contradições da Declaração de Salamanca (1994) e, também das Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (2005). Tais ações são contínuas em favor da educação inclusiva e seu desempenho nas salas de aula das escolas de Upanema/RN são fundamentais para a garantia de que as crianças e adolescentes com deficiência estejam sendo assistidos(as) ao que lhes é garantido por direito constitucional.

Palavras-chave: Inclusão, Ensino-aprendizagem, Pessoa com deficiência, Educação Inclusiva.

¹ Mestre em Ciências da Educação pelo Intituto Superior de Educação Professora Lucia Dantas (ISEL) - DF, edimimedeiros@hotmail.com;

² Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN) - RN, mmmarilenesilva@gmail.com;

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino – POSENSINO da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) - RN, matheusklimanacs@gmail.com;

⁴ Graduado pelo Curso de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - RN, jakson-diego@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Com base no número de crianças e adolescentes com deficiência matriculados nos anos de 2021 e 2022, recebemos uma demanda considerável para o corpo discente, público alvo da educação especial. Partindo desse pressuposto, a secretaria municipal de educação do município de Upanema/RN está se propondo a desenvolver uma política de inclusão nas escolas municipais, que atenda as crianças da educação infantil e ensino fundamental, possibilitando a igualdade e equidade, objetivando um espaço democrático que acolha e garanta a aprendizagem e a permanência de todos os alunos sem distinção social, cultural, étnicos de gênero com ou sem deficiência.

As crianças e adolescentes com deficiência, tem direito de irem as escolas e ter acesso ao ensino regular. Os sistemas educacionais devem implementar política de inclusão, uma vez que cada pessoa com deficiência é única, respeitando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia voltada para as necessidades de cada uma delas. Para que a nossa pesquisa alcance os objetivos e os resultados esperados, nos propomos a realizar encontros pedagógicos, que tratem da temática: inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, em consonância com os parâmetros vigentes, levando em conta a aceitação das diferenças individuais e valorizando cada pessoa.

Foi realizado o mapeamento dos alunos com deficiência que estudam nas escolas da rede municipal de Upanema/RN; foi possível constatar que houve formação continuada para todos os docentes da rede municipal de ensino, para adequarem suas práticas pedagógicas, alinhadas ao que diz a lei brasileira de inclusão. Foi feito o acompanhamento das escolas, de gestores e professores para que acolhessem de forma adequada todos as pessoas com deficiência, com o intuito de elaborar estratégias que favoreçam a autonomia e a participação dos alunos com deficiência, nas atividades propostas e também na elaboração do PEI (Plano Educacional Individualizado).

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, utilizamos um mapeamento com o objetivo de conhecermos quais eram os tipos de deficiências dos alunos das escolas, existentes na rede municipal de Upanema/RN. E com isso fizemos visitas as escolas para conhecer (in loco) como que estava sendo desenvolvido.



A pesquisa qualitativa teve como foco a formação de professores e a inclusão de crianças com deficiência, na rede municipal de Upanema/RN, baseado no conhecimento sobre deficiência visual o processo de inclusão escolar: uma revisão integrativa, Desafios e perspectivas da inclusão de pessoas com deficiência visual em cursos profissionalizantes no município de Mossoró Queiroz, Souza e Costa. (2021)

REFERENCIAL TEÓRICO

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. Analisando a evolução histórica dos movimentos para universalizar o acesso às escolas, conclui-se que o paradigma da inclusão vem caracterizar uma orientação que, necessariamente, diz respeito à melhoria da qualidade das respostas educativas de nossas instituições de ensino.

“Inclusão e diversidade são temas que povoam as discussões na área educacional na última década. Embora haja uma estreita relação entre as duas temáticas não significa que, ao se discutir a inclusão na educação, sejam realizados, na sociedade, debates sobre a diversidade de grupos que se encontram marginalizados no processo social expropriados dos direitos que são garantidos por lei, a todos os cidadãos, independentemente de suas diferenças individuais.” (Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, SEED, 2005).

Nessa perspectiva, faz-se necessário refletir a realidade que, até aqui, tem nos alicerçado: Faz parte da cultura, o trabalho com a diversidade num mesmo contexto escolar? Como efetivar a educação inclusiva frente a diversidade humana? A perspectiva da inclusão exige mudanças profundas na cultura escolar? A escola atual tem subsídios, materiais humanos e de capacitação para absorver uma proposta política de inclusão em educação? A escola que se tem hoje, dá conta de incluir, de fato, as pessoas com necessidades especiais? A mediação do professor influencia diretamente na relação dos alunos da sala de aula, com o aluno especial incluído?

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, no entanto, se faz lembrar que do professor, figura mais importante neste processo, já que atua diretamente com todos os educandos,

inclusive aqueles com deficiência, passa a ser exigido um montante de informações, as quais não têm sido estruturadas ao longo de sua formação acadêmica, sendo esse o caso de parte da rede de professores em Upanema/RN.

Dentro desse contexto, a formação continuada pode proporcionar aos professores momentos de reflexão e fundamentação teórica que lhes possibilitem compreender as políticas públicas para a educação básica, bem como, a atualização de conhecimentos que fundamentem a sua compreensão das novas tecnologias e de suas repercussões sobre a forma adotada pelo homem contemporâneo para produzir e socializar o resultado do seu trabalho, a fim de que ações possam ser implementadas e realmente contribuam para uma inclusão mais “efetiva” no contexto escolar.

A formação docente do ensino fundamental e médio tem sido alvo de muitos estudos e pesquisa, reunindo diferentes referenciais e direcionamentos teóricos, visando identificar caminhos para a construção de propostas curriculares que melhorem a formação dos professores, com vistas a inclusão de alunos especiais no ensino regular, dentro de uma prática pedagógica de preparo para o atendimento da diversidade num mesmo contexto educacional.

Segundo Prioeste, Raiça e Machado (2006),

"É comum ouvir o professor dizer principalmente no ensino fundamental que não foi preparado para lecionar para pessoas com deficiência mental. O profissional compromissado deverá preocupar-se em fazer com que os alunos se apropriem de ensinamentos, orientando-os a lidar com a vida, de forma a superarem as dificuldades que possam surgir. Não podemos esquecer que educar é muito mais que alfabetizar".
(p. 73).

Nesse contexto, compreendemos as angustias dos educadores, uma vez que o tema inclusão escolar requer aprofundamento recursos pedagógicos e adaptação das atividades, para que todas as crianças, com ou sem deficiência, possam de fato ter seus direitos de aprendizagem garantidos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) iniciou-se as discursões sobre a não segregação, mas sobre os princípios da inclusão de pessoas com deficiência e a ideia de se firmar compromissos sobre práticas e políticas que envolvessem Pessoas com Deficiência (PcD). Em seu artigo 3º, prevê que é necessário “tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação as pessoas com todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (BRASIL,1990). Ainda, há nessa declaração o realce em buscar a garantia do acesso e a permanência de todos na Educação Básica.



A Declaração de Salamanca (1994) busca garantir o avanço nas discussões sobre Educação Especial firmando o compromisso dos governos para viabilizar a inclusão educacional. É um documento internacional que diz respeito, exclusivamente, a Educação Especial e seus debates no caminho da inclusão educacional.

No termo “Necessidades Educacionais Especiais (NEE)” da carta, destaca-se que as necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldade de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

Defende-se na Declaração de Salamanca que é nas escolas regulares, com uma proposta inclusiva, que se constituem meios eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. Mesmo sendo citado em outros documentos, fica visível que é a partir da Declaração de Salamanca que se ampliou o conceito de educação especial inclusiva.

No entanto, os indicativos legais mostram um contexto histórico que reflete rastros contraditórios entre a inclusão e integração dos alunos com deficiência nas escolas. Conceitua-se que a inclusão escolar se apresenta como uma prática não discriminatória da diversidade, mas de respeito e reconhecimento das múltiplas formas de aprender e de abordar as diferentes situações que levam a exclusão social e educativa de muitos alunos (SÁNCHEZ, 2005).

A necessidade de formação inicial e permanente dos professores para atuação em contextos educacionais inclusivos é evidenciada na literatura como um dos aspectos importantes para a efetivação da inclusão escolar dos alunos com NEE (RODRIGUES, 2006; DÍEZ, 2010), pois os pesquisadores têm constatado que os professores enfrentam dificuldades para promover o desenvolvimento acadêmico dos referidos alunos que frequentam o ensino regular (TOLEDO; VITALIANO, 2012). Essas dificuldades são decorrentes, dentre outros fatores, da precariedade ou ausência de formação específica dos professores para a atuação em contextos educacionais inclusivos (MAIA et al., 2015; SANTOS; MARTINS, 2015).

Para que a educação inclusiva se dê, de fato, é necessária uma formação profissional dos professores do ensino regular, já que a intenção é a inclusão de alunos com deficiência, é preciso um mínimo de formação, e uma formação dos professores especializados, tanto no atendimento direto, quanto no apoio aos docentes das classes regulares, pois as necessidades são diferentes e são os educadores que interagem com estes alunos.



Não basta incluir disciplinas específicas e conteúdos no que diz respeito aos alunos com deficiência no curso de graduação, é fundamental que o educador se dedique a uma formação continuada e que tenha o compromisso de cobrar isso do seu curso de graduação e da sua instituição escolar (SANTIAGO), 2013, BORGMANN, 2013).

A formação do educador necessita ser pensada na perspectiva da educação inclusiva, rompendo com atitudes e práticas escolares que segregam os alunos, trazendo um desafio que supõe finalidades e visões sobre o papel da escola e do educador como os principais mediadores no processo de inclusão. A educação das pessoas incluídas deve se fundamentar na ideia de que com a deficiência são dadas as possibilidades que são imprescindíveis para superar a deficiência, pois a formação docente assume uma importante função na construção de novos significados sobre a inclusão, pois não se deve considerar o que falta no aluno incluído, mas sim as diferentes possibilidades de aprendizado que se cria para que este aluno desenvolva um bom aprendizado (SANTIAGO), 2013, BORGMANN, 2013).

O PROCESSO DE INCLUSÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Considerando as necessidades de práticas de ensino inovadoras e da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, a formação e a atuação docente podem ser entendidas como cruciais. Segundo Martins (2004), a história da formação de professores foi permeada, no passado, por diversas concepções e, mais recentemente, por discussões que têm destacado a necessidade de sua capacitação, não somente em conteúdos e conceitos, mas também em habilidades políticas e interpessoais. Outros autores defendem, adicionalmente que, nesse processo de formação, se considere e se valorize o saber docente construído ao longo de sua trajetória (LIBANEO, 2001, NÓVOA, 2002, TARDIF, 2002).

Carneiro (2012) acrescenta que:

“Construir uma escola diferente implica um compromisso prioritário com a transformação do modelo tradicional de formação de professores. É preciso ter coerência entre o que os educadores aprendem e o que queremos que ensinam. Precisamos, dessa forma, promover discussões e possibilitar a construção de parcerias entre a pesquisa científica e as práticas inclusivas.” (p.09).

Em se tratando da formação e atuação do professor no contexto da Inclusão Escolar, a proposta defendida por alguns autores (Wood, 1998; Frederico; Herrold Venn, 1999, MENDES, 2008) é a da colaboração entre o profissional especializado e o professor do ensino



regular, por meio dos modelos de Co-ensino ou ensino colaborativo. Nesse modelo, o professor de educação especial atua junto ao professor do ensino regular, dentro da sala de aula do ensino regular. Uma alternativa ao Co-ensino é a consultoria colaborativa, em que o professor de educação especial presta assistência ao professor do ensino regular fora da sala de aula (Thousand; Villa, 1989, apud Kampwirth, 2003).

As duas alternativas são vistas como estratégias poderosas para instrumentalizar o professor e favorecer processo de mudança nas práticas pedagógicas. Tais estratégias estão alicerçadas na perspectiva educacional que defende a humanização da escola e dos processos de formação educacional, em contraposição às concepções idealistas e mecanicistas (CAPELLINI, 2004).

Para fins de contribuição nessa temática, Nóvoa (2019) afirma que a formação continuada completa o ciclo do nosso desenvolvimento profissional e que não podemos nos deixar levar pelos discursos que tentam desqualificar a formação continuada.

“Esta nova construção pedagógica precisa de professores empenhados num trabalho em equipe e numa reflexão conjunta. É aqui que entra a formação continuada, um dos espaços mais importantes para promover esta realidade partilhada” (NÓVOA, 2019, p. 11).

Essa é uma realidade que nos leva a refletir sobre muitas coisas que são reais e não podem ser ignoradas, como a falta de apoio e desvalorização da profissão, mas que muitas vezes nos acomodamos e sofremos por não compreendermos a realidade em que estamos inseridos e não buscamos uma transformação da nossa prática docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo; uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social.

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogêneos da escola.

Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.



A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania, fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e lingüísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

No contexto de nossa pesquisa, envolvemos 29 professores da sala de aula comum, 21 professores de apoio, e 41 alunos impactados, 9 gestores escolares e 9 supervisores que pertencem ao quadro funcional do município de Upanema/RN. Em um primeiro momento, fizemos o levantamento de quais seriam as deficiências presentes no público das escolas municipais de Upanema/RN, verificamos que existem 21 alunos com autismo, 02 com deficiência física, 04 com deficiência intelectual, 03 com paralisia cerebral, 01 com baixa visão, 02 com deficiência múltiplas, 01 com deficiência auditiva, 8 com outras deficiências. Visitamos as escolas para acompanhar de perto os desafios apontados pelos docentes, frente a essa questão. Assim, constatou-se que, em relação ao trabalho cultural e a diversidade no contexto escolar, a escola ainda está muito longe de atender aos anseios das minorias, porém precisamos avançar nesse ponto.

A escola no momento atual, tem inúmeras dificuldades de atender as PCDs (pessoa com deficiência) pois, a cada ano, percebemos o aumento no número de crianças com deficiência que estão chegando à escola, incluindo nesse ponto, a dificuldades em construir materiais adequados as necessidades de cada aluno. Nesse contexto, a escola não tem profissionais da área para atender as demandas que estão chegando pós-pandemia, os discentes apresentam diversas dificuldades, no que se refere a transtornos psicológicos, emocional e cognitivo, assim percebemos o quanto a escola necessita de parcerias e de formação para dá as respostas que a sociedade atual exige.

A partir dessas informações, a secretaria municipal de educação, formalizou parceria com o Diretoria de políticas de ações inclusivas (DAIN), que ofertará as formações continuadas de professores, para dirimir os obstáculos encontrados no cotidiano escolar. É um processo de mobilização e ao mesmo tempo desafiador, sendo que é preciso enfrentar alguns desafios impostos por parte de um pequeno grupo de docentes, por não acreditarem que as crianças e adolescentes com deficiência podem aprender, apesar de suas limitações eles tem potencialidades que cada professor, precisa descobrir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que são muitos os desafios para a implementação de políticas inclusivas e o seu desempenho no âmbito escolar, mas que é uma necessidade e de cunho urgente. Ao longo de todo esse trabalho destacamos os caminhos para a inclusão de pessoas com deficiência no processo de ensino-aprendizagem.

Há uma necessidade que as áreas setoriais da Educação do município de Upanema esteja em constante formação, garantindo aos professores(as) oportunidade de se aperfeiçoarem frente às questões da diversidade e ensino, garantido que tais abordagens favoreçam ações de melhoramento na perspectiva da inclusão de crianças e adolescentes no desempenho de suas capacidades na escola.

Trabalhar a inclusão e a diversidade, visando a inclusão de pessoas com deficiência, enfatiza a importância que o poder público, iniciativa privada e demais órgãos setoriais da educação precisam estar envolvidos, e de mãos dadas, não só para que essa questão seja tratada no âmbito escolar, mas para que haja uma permanência de seus debates, inclusive fora da sala de aula, onde tudo começa.

A tendência é focar as deficiências dos nossos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa, onde se fala em fracasso escolar, no déficit de atenção, na hiperatividade e onde o problema fica centrado no sujeito, na incompetência do aluno. Isso faz parte das representações que se veiculam na escola, onde não se pensa como está se dando esse processo ensino aprendizagem e qual o papel do professor no referido processo. Temos que refletir sobre a educação em geral para pensarmos em inclusão da pessoa com necessidades específicas.

Não basta estar garantida na legislação, mas temos que modificar a nossa forma de pensar e agir. Para que a inclusão se efetue, há necessidade de demandas e modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para permitir uma educação de qualidade para todos.

A inclusão também passa por mudanças na constituição do sujeito, para o entendimento do que é a diversidade humana. Também, é necessário considerar a forma como nossa sociedade está organizada, onde o acesso aos serviços é sempre dificultado pelos mais variados motivos, é preciso que seja garantido a qualidade dos serviços e a equidade, ou seja, todos tenham a mesma oportunidade de aprender, independente de seja qual for sua deficiência.



AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido que tivéssemos saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho, pela vida, e por permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

A secretária de educação Marilene Cruz, pelo suporte, para termos o acesso as informações necessárias para a efetivação da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica – **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>>. Acesso em: 18 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 09 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2022.

CARNEIRO, R. U. C. Formação de professores: da educação especial à inclusiva - alguns apontamentos. IN ZANIOLO, L. O.; DALL'ACQUA, M. J. Inclusão Escolar: Pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas. Jundiaí, **Paco Editorial**, 2012. p.7-24.

FREDERICO, M.A.; Herrold, w.g.; Venn, j. Helpful tips for successful inclusion: A checklist for educators. *Teaching Exceptional Children*, v.32, p.76-82, 1999.

KAMPWIRTH, THOMAS J. Collaborative consultation in the schools: effective practices for students with learning and behavior problems. Chapter 1: Overview of School-Based Consultation, New Jersey: Merril Prentice Hall, 2003. p. 01- 39.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola** 4. ed. Goiânia: **Editora Alternativa**, 2001.

MENDES, E. G. Caminhos da pesquisa sobre formação de professores para a inclusão escolar. In M. A. Almeida, E. G. Mendes; M. C. P. I. Hayashi (Org.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

NÓVOA, A. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. Palestra concedida ao Sindicato dos professores de São Paulo- SINPRO-SP**. 2006. Disponível em:



www.scribd.com/doc/2943879/Desafios-do-trabalho-do-professor-Antonio-Novoa>. Acesso em: 21 mai 2022.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, RS, v. 44, n. 3, p. 1-15, e.84910, 2019.

PRIOSTE, C.; RAIÇA, D. e MACHADO, MARIA LUIZA G. Dez Questões sobre a Educação Inclusiva da Pessoa com Deficiência Mental. São Paulo: **Avercamp**, 2006.

SANTIAGO, A. R. F., BORGMANN, M. E.. Desafios á Formação de Educadores para a Educação Inclusiva. *Espaços da escola/Universidade de Ijuí*. – Vol. 01, nº 01 (jul.-set. 1991) Ijuí: Ed. **Unijui**, 1999.

SANTOS, T. C. C. dos; MARTINS, L. de A. R. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Rev. bras. educ. espec.** v.21, n.3, p. 395-408., 2015.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2002.